



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER Nº 018/2024**

**PROJETO DE LEI Nº 010/2024**

**Assunto: Projeto de Lei nº 010/2024, que “Dispõe Sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária (LOA) para o exercício de 2025 e dá outras Providências.**

A Vereadora que ora subscreve, atendendo as suas atribuições regimentais e respondendo pela Relatoria da Comissão Permanente de **Orçamento e Finanças**, vem, a seguir, emitir o seguinte parecer:

**I - RELATÓRIO**

Trata-se do projeto de Projeto de Lei 010/2024, da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Baião-PA, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ser analisado e votado conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Baião-PA.

Trata o Projeto de Lei 010/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, referente a LOA, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Baião para o exercício financeiro de 2025.

Neste sentido, observa-se que consta no Projeto de Lei Orçamentária a previsão da receita e a fixação da despesa de acordo com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, a autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

A Comissão de Finanças e Orçamento analisou o Projeto de Lei nº 010/2024 – LOA – Lei Orçamentária Anual quanto ao aspecto técnico/legislativo, bem sem Emendas apresentadas, concluindo pela sua regular tramitação, considerando ainda que



ESTADO DO PARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
CNPJ nº 34.626.119/0001-96

os senhores vereadores possuem autonomia regimental quanto às alterações promovidas.

Portanto, o presente Projeto de Lei, com seus respectivos anexos, buscou cumprir os requisitos constitucionais e legais transcritos, bem como observado o prazo para o envio à Câmara Municipal previsto no inciso V, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município de Baião.

A proposição em questão atende as prescrições legais, tanto regimentais, como as previsões contidas no Regimento Interno na Lei Orgânica Municipal.

## II - DA CONSTITUCIONALIDADE

A legislação que trata das disposições para a elaboração da Lei Orçamentária anual/LOA, é a seguinte:

- A Constituição Federal Art. 165, inciso III, parágrafo 5º.
- A Constituição Estadual Art. 203 e 204, III.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964.
- Lei Orgânica do Município de Baião, Art.74, inciso III.
- PPA e LDO.
- Regimento Interno, Art. 17, inciso I;

O Regimento Interno da Câmara Municipal em seu **art. 17, inciso I** enfatiza que:

**Art. 17-** Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

- I- Proposta Orçamentária (anual e plurianual)

O Projeto de Lei foi apresentado tempestivamente na Câmara Municipal, na sua composição está acompanhada da seguinte documentação:

1. Mensagem
2. Desdobramento da Receita por Fontes
3. Demais Anexos.



ESTADO DO PARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
CNPJ nº 34.626.119/0001-96

---

Posto isto, fica demonstrado que foram atendidas as formalidades procedimentais legais exigidas pela Lei Orgânica do Município de Baião e Regimento Interno da Câmara Municipal de Baião.

### **III - DA CONCLUSÃO**

A proposição em questão atende as prescrições legais, tanto regimentais, como também as previstas contidas na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara Municipal de Baião e na Constituição Federal e Legislação Federal.

Este Parecer, pautado estritamente na legislação anteriormente citada, foi elaborado no dia 22/11/2024.

**Nada a opor, votando favorável ao Projeto de Lei.**

**Salvo Melhor entendimento, é o Parecer!**

Baião – PA, 22 de Novembro de 2024.

---

**EDIVALDO VIEIRA RAMOS**

Vereador - Presidente da Comissão

---

**KELLY BARBOSA COSTA**

Vereador - Relator



ESTADO DO PARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
CNPJ nº 34.626.119/0001-96

---

---

**ECI ARAÚJO PIMENTEL**

Vereador – Membro